



Janeiro/2012

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - APJ Judiciária e Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AA', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

1 *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela, que hoje abrangem quase todo o globo terrestre, podem ser descritas sucintamente por alguns traços gerais: o Estado-nação, o capitalismo, a forma industrial de organização da produção; a convivência e sociabilidade urbanas; e os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade. Tais traços, por si sós, entretanto, não eliminaram seus contrários – solidariedades étnicas, formas pré-capitalistas de produção, a vida rural ou as hierarquias sociais. A novidade moderna consiste, antes, na rearticulação, em todos os planos, das formas e relações sociais antigas sob a égide desses novos traços.*

15 *Assim, no que diz respeito à organização social, as hierarquias, os privilégios, as deferências e os outros modos de expressão das desigualdades entre os seres humanos passaram, para serem aceitos, a depender de outras lógicas de construção e justificação. Tornaram-se, do mesmo modo, fontes permanentes de contestação, propiciadoras de lutas libertárias de emancipação e fermento de novas identidades sociais.*

(Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. "Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação". In **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 168)

1. O autor,

- (A) ao caracterizar as sociedades modernas, chama a atenção para o fato de que o perfil desenhado tem abrangência universal, dado o cenário globalizante da contemporaneidade.
- (B) ao realizar a descrição das sociedades modernas, por meio de seus *traços gerais*, ordena-os de modo a expressar *sucintamente* o avanço de sua importância.
- (C) na série anunciada pelos dois-pontos (linha 5), elenca características exatamente proporcionais entre si, o que motiva a sequência delas sem a formação de qualquer tipo de subconjunto.
- (D) ao mencionar *Tais traços*, faz o pronome retomar especificamente o segmento *os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade*, ainda que sob a expressão *alguns traços gerais*, usada antes, tenha acolhido mais itens.
- (E) no terceiro período do primeiro parágrafo, com fundamentos manifestos, expressa um juízo que nega o caráter absoluto ou independente da descrição feita no período inicial.

2. É INCORRETO afirmar:

- (A) a expressão *no que diz respeito à organização social* (linha 15) traduz, no contexto, uma circunstância, implicando um traço restritivo.
- (B) a ideia de que *hierarquias, privilégios e deferências* (linha 16) expressam desigualdades entre os seres humanos está presente no texto, mas de modo subentendido.
- (C) em sociedades modernas, europeias ou não, houve uma ampla reorganização da ordem social quando formas de ação conservadoras conseguiram se sobrepujar aos modernos modos de articulação social, forma de produção e valores jurídicos.
- (D) em aparente contradição, em quase todo o mundo, as desigualdades entre os seres humanos são concomitantemente admitidas e rejeitadas, recusa esta que instiga alterações na organização social.
- (E) compreende-se do texto que grupos humanos buscam legitimar as *desigualdades* (linha 17) entre os seus componentes encadeando-as coerentemente nas convenções da sua peculiar organização social.

3. Afirma-se com correção:

- (A) em *ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela* (linhas 1 a 3), ambas as sequências introduzidas por **ou** conectam-se diretamente ao segmento *As sociedades modernas*.
- (B) a expressão *por si sós* (linha 9) expressa, no contexto, uma causa.
- (C) se *antes* (linha 12) for substituído por "sobretudo", o sentido original se mantém.
- (D) é admissível considerar que a frase iniciada por *Assim* (linha 15) denota uma ilação.
- (E) a substituição de *para serem aceitos* (linha 18) por "à fim de serem aceitos" mantém a correção e o sentido originais.

4. A substituição que, acolhida pelo padrão culto escrito, mantém o sentido original do texto é a de

- (A) *As sociedades modernas da Europa ocidental [...] podem ser descritas* (linhas 1 a 4) **por** "*As sociedades modernas da Europa ocidental [...], pode-se descrevê-las*".
- (B) *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados* (linhas 1 e 2) **por** "*As sociedades modernas, seja da Europa ocidental, seja dos continentes e espaços colonizados*".
- (C) *entretanto* (linha 9) **por** "nesse íterim".
- (D) *sob a égide desses novos traços* (linha 14) **por** "sob a camuflagem desses novos traços".
- (E) *as deferências* (linha 16) **por** "as licenciosidades".



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 7, considere o texto que segue.

- 1 O destino cruzou o caminho de D. Pedro em situação de desconforto e nenhuma elegância. Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822, o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga. A causa dos distúrbios intestinais é desconhecida. Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista, ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar. Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, subcomandante da guarda de honra e futuro barão de Pindamonhangaba, usou em suas memórias um eufemismo para descrever a situação do príncipe. Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apeiar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.

(Laurentino Gomes, **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 29)

5. É correto afirmar sobre o excerto:
- (A) Formas verbais empregadas, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *estava* (linha 5), denotam que o autor, nesse trecho, limita-se a citar fatos passados concebidos por ele como contínuos.
- (B) A presença concomitante de certas formas verbais, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *é* (linha 6), evidencia que o autor, nesse trecho, mescla segmentos narrativos com comentários a respeito dos fatos.
- (C) Transformando a oração reduzida *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga* (linhas 2 e 3) em desenvolvida, obtém-se “Aproximando-se do riacho do Ipiranga”.
- (D) Transpondo a frase *Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo [...] usou em suas memórias um eufemismo* (linhas 10 a 14) para a voz passiva, obtém-se a forma verbal “tinha usado”.
- (E) Considerado o contexto, a substituição do modo subjuntivo pelo modo indicativo em *tenha sido* (linha 7) não interfere no sentido original, pois em nada fica alterada a atitude do falante em relação ao fato citado.

6. A análise do texto legitima a seguinte afirmação:

- (A) A organização da frase inicial exige que se considere o termo subentendido “sem” (“sem nenhuma elegância”), única possibilidade de torná-la sintaticamente adequada.
- (B) Os segmentos *futuro imperador do Brasil e rei de Portugal e o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo* exercem a mesma função sintática nas frases em que estão inseridos.
- (C) As aspas em “*prover-se*” sinalizam o sentido pejorativo que o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo emprestou à expressão.
- (D) Ainda que não tenha impedido a compreensão, a ausência do plural no segundo substantivo da expressão *tropa de mula* só pode ser entendida como um deslize, pois não há possibilidade de o padrão culto acatar essa formulação.
- (E) Considerando que *futuro* significa “que ainda está por vir”, nota-se que, nos casos em que a palavra foi usada (linhas 4 e 13), se toma como “presente” do que está por vir o dia do fato a que o autor se refere.

7. Cada alternativa apresenta segmento transcrito do texto e o mesmo segmento pontuado de modo diferente. A alteração que preserva o respeito ao padrão culto escrito, mas que provoca mudança do sentido original, é a encontrada em:

- (A) *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822,*
Ao se aproximar do riacho do Ipiranga – às 16h30 de 7 de setembro de 1822 –
- (B) *o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga.*
o príncipe regente futuro imperador do Brasil, e rei de Portugal, estava com dor de barriga.
- (C) *Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.*
Acredita-se, que tenha sido algum alimento malconservado, ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.
- (D) *ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.*
ou, a água contaminada; das bicas e chafarizes, que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.
- (E) *Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apeiar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.*
Segundo ele a intervalos regulares, D. Pedro se via obrigado, a apeiar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.



8. As ideias estão articuladas de modo claro e correto na seguinte frase:

- (A) Mesmo sendo ele um hábil articulador e a despeito do grande prestígio de que gozava, não obteve êxito na transação, pois a verdadeira natureza do negócio lhe escapara.
- (B) Dependendo a transação de um hábil articulador e que gozasse de grande prestígio, do mesmo modo ele não obteve êxito nisso: faltara-lhe a verdadeira natureza do negócio.
- (C) Ele não obteve êxito no processo na transação, ainda que sempre foi hábil articulador e apesar de gozava de grande prestígio, dado a verdadeira natureza do negócio, que tinha ficado obscuro para ele.
- (D) Sendo ele um hábil articulador e gozando de grande prestígio não obteve êxito na transação, visto a verdadeira natureza do negócio ter escapado para ele.
- (E) Não obstante o hábil articulador que era e do grande prestígio que sempre desfrutou não obteve êxito na transação, deixando de ter clara a verdadeira natureza do negócio.

9. A frase que está redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Em que pese sobre ele todas as denúncias, comprovadas ou não, insiste por permanecer no cargo, desafiando o senso comum de que deveria pedir demissão.
- (B) Meritíssimo, baseado nos documentos que vão em anexo, solicito vossa interferência para que se apressem as providências legais sugeridas por seu assessor.
- (C) Incipientes ou não nesse tipo de pesquisa, infringiram normas discutidas dias atrás, motivo pelo qual não lhes dei endosso, sabendo que a maior parte deles o deseja muito.
- (D) Não sei das causas que lhes impediram de questionar o modo que foi discutido o dissídio, mas acho que os representantes da classe sabem o porquê disso.
- (E) Não é estranho, a meu ver, essa postergação, principalmente se levar em conta a hesitação que manifestaram anteriormente sobre a data do encontro.

10. A frase que está em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Impingiu os filhos, sem grande discrição, convenhamos, a ideia de que a melhor solução seria encaminhá-los a um curso profissionalizante dali a dois semestres.
- (B) Sabia que nada poderia sortir tanto efeito quanto a promessa de que, em sendo necessário, seria, e sem resquício de dúvida, o depositário da causa de seus concidadãos.
- (C) Reteve os documentos para fazer a rescisão dos novos discidentes, mas não suspendeu os privilégios dos que lhe tinham prestado serviços até aquele momento.
- (D) Ele é aquele a quem os astros nunca favoreceram, por isso diz que, se alguém lhe previr benesses de uma conjunção astral, reivindicará o direito de digladiar com ele.
- (E) Fosse quais fossem as questões a serem debatidas, os funcionários cujos salários estavam atrasados combinaram não interpelar, mas também não transigir com a chefia.

Legislação Aplicada

11. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), a respeito do exercício do cargo público, é INCORRETO afirmar:

- (A) A promoção interrompe o exercício.
- (B) O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.
- (C) O responsável pelo serviço onde deva servir o funcionário, é competente para dar-lhe exercício.
- (D) O funcionário denunciado por crime funcional será afastado do exercício, até decisão final passada em julgado.
- (E) O funcionário que não entrar em exercício, no prazo legal, perderá o cargo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

12. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), denomina-se aproveitamento o

- (A) reingresso no serviço público do servidor aposentado, por interesse e requisição da Administração, respeitada a opção do servidor.
- (B) ato pelo qual o funcionário demitido ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (C) ato pelo qual o funcionário exonerado ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (D) reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, respeitada a opção do servidor.
- (E) retorno à atividade do funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente, pela sua natureza e vencimento, ao anteriormente ocupado.

13. Considere:

- I. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com sede na Comarca da Capital e Jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de trinta e nove desembargadores.
- II. O Juiz mais antigo somente poderá ser recusado pelo voto nominal, aberto e fundamentado de dois terços dos integrantes do Tribunal de Justiça, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
- III. Um terço dos lugares do Tribunal de Justiça será composto, alternadamente, de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007, e alterações posteriores), está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.



14. De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007) no que concerne à composição, funcionamento e atribuições da Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar:
- (A) A Corregedoria Geral da Justiça fará inspeções mensais em todas as circunscrições.
- (B) Os juízes membros da Comissão Estadual Judiciária de Adoção serão livremente indicados pelo Corregedor Geral da Justiça, independentemente da entrada a que pertencam.
- (C) O Corregedor Geral da Justiça não poderá requisitar, de qualquer repartição pública ou autoridades, informações e garantias necessárias ao desempenho de suas atribuições, devendo solicitá-las ao Presidente do Tribunal.
- (D) O Corregedor Geral de Justiça poderá requisitar qualquer processo aos juizes de primeiro grau de jurisdição, tomando ou expedindo nos próprios autos, ou em provimento, as providências ou instruções que entender necessárias ao andamento do processo.
- (E) A Corregedoria Geral da Justiça cientificará da correção, com antecedência de cinco dias, a Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público Estadual, nas pessoas dos seus representantes legais.

15. De acordo com a Lei Estadual nº 13.332, de 07/11/2007, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, e alterações posteriores,
- (A) as funções de confiança do Juízo e do Foro Judicial, bem assim as suas substituições, serão preenchidas por designação do Juiz que esteja respondendo pela Vara, na condição de titular, e pela Direção do Foro, respectivamente.
- (B) ao Cartório Cível da Vara Única ou da Primeira Vara da Comarca, excetuada a da Capital, compete o exercício das funções de Contador, Partidor e Depositário Público.
- (C) o servidor designado, a pedido, para ter exercício em outra comarca, não fará jus à percepção de ajuda de custo.
- (D) o servidor do quadro efetivo do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco não terá direito à percepção de horas-extras pela prestação de serviços extraordinários.
- (E) a indicação para a função gratificada de Chefe de Secretaria é da competência privativa do Juiz que esteja respondendo, na condição de titular, pela respectiva unidade jurisdicional, sendo sua designação exclusiva para servidores do quadro efetivo do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

16. De acordo com a Lei Estadual nº 13.332, de 07/11/2007, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, e alterações posteriores, a execução de ordens judiciais e diligências externas relacionadas com a prática de atos de comunicação processual e de execução de decisões, sentenças e acórdãos, além daquelas previstas na legislação processual e decorrentes do cumprimento de decisões administrativas e jurisdicionais, inclusive avaliação de bens penhorados, incluem-se, dentre outras, nas funções do
- (A) Analista Judiciário.
- (B) Oficial de Justiça.
- (C) Técnico Judiciário.
- (D) Analista Administrativo.
- (E) Técnico Administrativo.

17. De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007, e alterações posteriores), é INCORRETO afirmar que os Serviços Auxiliares da Justiça serão executados indiretamente
- (A) pelos servidores do Poder Judiciário Estadual.
- (B) por colaboração popular voluntária.
- (C) por entidades públicas.
- (D) por colaboração popular não voluntária.
- (E) por entidades privadas.

Raciocínio Lógico

18. A sequência de figuras denominada A é formada por três figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem. A sequência de figuras denominada B é formada por quatro figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem.

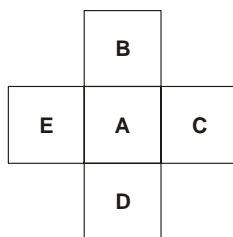


Considerando as 15 primeiras figuras de cada sequência pode-se observar que o número de vezes em que as duas sequências apresentam figuras simultaneamente iguais é

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.
19. Em uma enquete dez pessoas apreciam simultaneamente as praias **J**, **M** e **N**. Doze outras pessoas apreciam apenas a praia **N**. O número de pessoas que apreciam apenas a praia **M** é 4 unidades a mais que as pessoas que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **N**. E uma pessoa a mais que o dobro daquelas que apreciam apenas a praia **M** são as que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **M**. Nenhuma outra preferência foi manifestada nessa enquete realizada com 51 pessoas. A sequência de praias em ordem decrescente de votação nessa enquete é
- (A) **J**; **N**; **M**.
- (B) **J**; **M**; **N**.
- (C) **M**; **J**; **N**.
- (D) **M**; **N**; **J**.
- (E) **N**; **M**; **J**.



20. A figura mostra uma composição de cinco quadrados, todos com medida dos lados iguais a 4 cm. Imagine que o quadrado C se desloque, sobre o lado comum entre C e A, a distância de 1 cm aproximando-se do quadrado D. Imagine também que o quadrado D se desloque, sobre o lado comum entre D e A, à distância de 2 cm aproximando-se de E. Ainda imagine que o quadrado E se desloque, sobre o lado comum entre E e A, à distância de 3 cm aproximando-se de B.



O contorno da figura resultante dessas alterações imaginadas simultaneamente é um polígono com o número de lados igual a

- (A) 14.
 (B) 16.
 (C) 20.
 (D) 24.
 (E) 25.
21. Na sequência 1, 5, 8, 2, 6, 9, 3, 7, 10, 4, ... a lei de formação é uma adição, outra adição, uma subtração e repete a primeira adição, a segunda adição e a subtração, sempre da mesma maneira. Utilize exatamente a mesma lei de formação para criar uma sequência de números naturais a partir do número 7, e outra a partir do número 15. A diferença entre o décimo termo da segunda sequência criada e o décimo termo da primeira sequência criada é
- (A) 8.
 (B) 11.
 (C) 14.
 (D) 15.
 (E) 19.
22. A palavra GOTEIRA é formada por sete letras diferentes. Uma sequência dessas letras, em outra ordem, é TEIGORA. Podem ser escritas 5040 sequências diferentes com essas sete letras. São 24 as sequências que terminam com as letras GRT, nessa ordem, e começam com as quatro vogais. Dentre essas 24, a sequência AEIOGRT é a primeira delas, se forem listadas alfabeticamente. A sequência IOAEGRT ocuparia, nessa listagem alfabética, a posição de número
- (A) 11.
 (B) 13.
 (C) 17.
 (D) 22.
 (E) 23.

23. Eram 22 horas e em uma festa estavam 729 mulheres e 512 homens. Verificou-se que, continuamente a cada meia hora, a quarta parte dos homens ainda presentes na festa ia embora. Também se verificou que, continuamente a cada meia hora, a terça parte das mulheres ainda presentes na festa ia embora. Desta forma, pode-se afirmar que o número de homens presentes a festa não é menor que o número de mulheres também presentes na festa após às

- (A) 22h30min.
 (B) 23h.
 (C) 23h30min.
 (D) 00h.
 (E) 00h30min.

24. Um rapaz e uma moça estão juntos no centro de um campo de futebol. A moça anda sempre a metade da distância que o rapaz percorre e sempre no sentido contrário ao que o rapaz caminha. O rapaz anda 2 metros para a direção NORTE; o rapaz gira 90° e anda 4 metros na direção OESTE; ele gira novamente 90° e anda 8 metros na direção SUL; novamente gira 90° e anda 16 metros na direção LESTE; outra vez gira 90° e anda 32 metros na direção NORTE; finalmente gira 90° e anda 12 metros na direção OESTE e para. Nessa mesma etapa a moça também para. A distância, em metros, entre o rapaz e moça a partir desses dados é

- (A) 26.
 (B) 39.
 (C) 42.
 (D) 47.
 (E) 51.

Noções de Informática

25. Considere a planilha MS-Excel (2003):

	A	B
1	pri	2
2	seg	200
3	ter	450
4	qua	3
5	qui	32
6	sex	98
7	set	78
8	oit	47
9	non	8

O número 8 constante da célula B9 foi obtido pela função

- (A) =SOMA(B1:B8).
 (B) =CONT.NÚM(B1:B8).
 (C) =MÁXIMO(B1:B8).
 (D) =MÍNIMO(B1:B8).
 (E) =MÉDIA(B1:B8).



26. No MS-Word 2003, (I) Comparar e mesclar documentos e (II) Colunas são opções que podem ser acessadas, respectivamente, nos menus
- (A) Exibir e Formatar.
 - (B) Formatar e Inserir.
 - (C) Editar e Ferramentas.
 - (D) Ferramentas e Formatar.
 - (E) Ferramentas e Exibir.
27. Utilidades tais como calendário, temperatura, relógio e medidor de cpu, entre outras, podem ficar fixamente presentes na área de trabalho do MS-Windows 7. Trata-se de
- (A) painel de controle de serviços.
 - (B) serviços administrativos.
 - (C) *gadgets*.
 - (D) *budgets*.
 - (E) ícones da área de notificação.
28. Sobre vírus de computador é correto afirmar:
- (A) Se um vírus for detectado em um arquivo de programa e não puder ser removido, a única solução é formatar o disco onde o vírus se encontra para que ele não se replique.
 - (B) Se a detecção do vírus tiver sucesso, mas a identificação ou a remoção não for possível, então a alternativa será descartar o programa infectado e recarregar uma versão de *backup* limpa.
 - (C) Um antivírus instalado garante que não haverá nenhuma contaminação por vírus, pois os programas antivírus detectam e removem todos os tipos de vírus originados de todas as fontes de acesso ao computador.
 - (D) Um vírus é um programa independente que pode se replicar e enviar cópias de um computador para outro através de conexões de rede. Na chegada, o vírus pode ser ativado para replicar-se e propagar-se novamente.
 - (E) Um *worm* (verme) é um software que pode infectar outros programas, modificando-os; a modificação inclui uma cópia do programa do *worm*, que pode então prosseguir para infectar outros programas.
29. Em relação às etapas envolvidas no envio e recebimento de *e-mail*, é INCORRETO afirmar:
- (A) O usuário redige a mensagem e clica no botão Enviar, do seu programa cliente de *e-mail* para que a mensagem chegue até o servidor, chamado Servidor de Saída.
 - (B) Após receber a solicitação do programa cliente, o Servidor de Saída analisa apenas o segmento de endereço que se encontra após o símbolo @.
 - (C) Após identificar o endereço de domínio de destino, a próxima tarefa do Servidor de Saída é enviar a mensagem solicitada por seus usuários, e para isso, utiliza o protocolo SMTP (*Simple Mail Transfer Protocol*).
 - (D) Quando a mensagem chega ao servidor de destino, conhecido como Servidor de Entrada, este identifica a informação existente antes do símbolo @ e deposita a mensagem na respectiva caixa postal.
 - (E) Para transferir as mensagens existentes no Servidor de Entrada para seu computador, o usuário utiliza o programa cliente de *e-mail* que, por sua vez, utiliza o protocolo SMTP (*Simple Mail Transfer Protocol*) para depositar a mensagem no seu computador.
30. Sobre o gerenciamento de energia no *Windows XP*, considere:
- I. No modo de Sistema em espera o consumo de energia é reduzido quando o computador não está em uso, desativando os componentes do computador que consomem mais energia. São necessários apenas alguns segundos para iniciar um computador em espera.
 - II. A hibernação salva seus programas e desliga o computador completamente. A hibernação não usa energia, mas demora alguns segundos a mais para recuperar o computador deste modo quando você precisa usá-lo novamente.
 - III. O gerenciamento de energia prolonga a vida útil da bateria em computadores *laptop*, e pode reduzir o uso de eletricidade no computador *desktop*.
- Está correto o que consta em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) III, apenas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. O Senador Brutus questionou a deliberação do Senado Federal porque, segundo ele, não teria respeitado o *quorum* mínimo previsto no artigo 47 da Constituição Federal, prevendo expressamente que, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas, presente a maioria absoluta de seus membros, por
- (A) maioria qualificada de dois terços de votos.
 - (B) um terço dos votos.
 - (C) maioria dos votos.
 - (D) no mínimo os votos de doze Senadores e de três suplentes.
 - (E) no mínimo os votos de quinze Senadores e de três suplentes.
32. No tocante ao Processo Legislativo, é certo que
- (A) à comissão formada por dez Deputados Federais, escolhidos pelo Senado Federal, caberá examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas pelo Presidente da República.
 - (B) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dez por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por dez Estados, com não menos de nove décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (C) o Presidente da República, em caso de relevância e urgência, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, sendo dispensado de submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
 - (D) a deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias independe de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
 - (E) a iniciativa das leis complementares cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal.
33. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, Plínio, Presidente do Supremo Tribunal Federal, será chamado ao exercício da Presidência da República após serem chamados sucessivamente Adolfo e Irineu que são respectivamente, segundo a Constituição Federal, o
- (A) Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal.
 - (B) Ministro Chefe da Casa Civil e o Ministro da Justiça.
 - (C) Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e o Ministro Chefe da Casa Civil.
 - (D) Presidente do Superior Tribunal de Justiça e o Ministro da Justiça.
 - (E) Presidente da Câmara dos Deputados e o Ministro Chefe da Casa Civil.

34. Hércules, Presidente do Tribunal de Justiça, visando beneficiar seu filho Abrão, burlou a ordem cronológica e retardou a liquidação regular do precatório de Otávio. Nesse caso, Hércules incorreu em
- (A) ilícito administrativo e responderá perante a Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
 - (B) ilícito administrativo e responderá perante a Corregedoria do respectivo Tribunal.
 - (C) crime comum e responderá perante o Órgão Especial do respectivo Tribunal.
 - (D) crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.
 - (E) crime comum e responderá perante a Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
35. O litígio entre a França e o Estado de Sergipe deverá ser processado e julgado, originariamente, pelo
- (A) Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
 - (B) Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Tribunal Regional Federal.
 - (E) Congresso Nacional.

Noções de Direito Administrativo

36. Dentre as características da Administração Pública, é correto afirmar que esta
- (A) tem amplo poder de decisão, mesmo fora da área de suas atribuições, e com faculdade de opção política sobre qualquer matéria objeto da apreciação.
 - (B) não pode ser considerada uma atividade neutra, normalmente vinculada à lei ou à norma técnica, mas sim atividade política e discricionária.
 - (C) comanda os administrados com responsabilidade constitucional e política, mas sem responsabilidade profissional pela execução.
 - (D) é dotada de conduta independente, motivo pelo qual não tem cabimento uma conduta de natureza hierarquizada.
 - (E) não pratica atos de governo; mas pratica tão somente atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes.
37. Em relação aos órgãos e agentes da Administração Pública é correto afirmar:
- (A) a atuação dos órgãos não é imputada à pessoa jurídica que eles integram, mas tendo a prerrogativa de representá-la juridicamente por meio de seus agentes, desde que judiciais.
 - (B) a atividade dos órgãos públicos não se identifica e nem se confunde com a da pessoa jurídica, visto que há entre a entidade e seus órgãos relação de representação ou de mandato.
 - (C) os órgãos públicos são dotados de personalidade jurídica e vontade própria, que são atributos do corpo e não das partes porque estão ao lado da estrutura do Estado.
 - (D) como partes das entidades que integram os órgãos são meros instrumentos de ação dessas pessoas jurídicas, preordenados ao desempenho das funções que lhe forem atribuídas pelas normas de sua constituição e funcionamento.
 - (E) ainda que o agente ultrapasse a competência do órgão não surge a sua responsabilidade pessoal perante a entidade, posto não haver considerável distinção entre a atuação funcional e pessoal.



38. Considere sob a ótica do controle da Administração Pública:

- I. Pedidos que as partes dirigem à instância superior da própria Administração, proporcionando o reexame do ato inferior sob todos os seus aspectos.
- II. Solicitação da parte dirigida à mesma autoridade que expediu o ato, para que o invalide ou o modifique nos termos da pretensão do requerente.
- III. Oposição expressa a atos da Administração que afetem direitos ou interesses legítimos do Administrado.

Essas hipóteses dizem respeito, respectivamente,

- (A) à revisão do processo, ao recurso hierárquico e à representação administrativa.
- (B) ao recurso hierárquico, ao pedido de reconsideração e à reclamação administrativa.
- (C) à reclamação administrativa, ao pedido de reconsideração e à revisão do processo.
- (D) ao pedido de reconsideração, à reclamação administrativa e ao recurso hierárquico.
- (E) ao recurso hierárquico, à revisão do processo e à representação administrativa.

39. Nos casos de inexecução total ou parcial de um contrato firmado com a Administração Pública NÃO pode ser adotada para com o contratado a sanção administrativa, de

- (A) impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 04 (quatro) anos.
- (B) suspensão temporária em participar de licitação por um prazo não superior a 02 (dois) anos.
- (C) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
- (D) declaração de inidoneidade aplicada juntamente com a de multa.
- (E) advertência aplicada isoladamente.

40. A duração dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, ficará adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos a prestação de serviços a serem executados, de forma contínua, que

- (A) terão a prorrogação do prazo de vigência contratual, admitida, em qualquer hipótese, desde que não ultrapasse o final do exercício orçamentário.
- (B) poderão ser, excepcionalmente prorrogados por motivo de força maior ou caso fortuito pelo prazo de 03 (três) meses, embora não seja admitida a prorrogação de vigência contratual.
- (C) poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas e obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitadas a 60 (sessenta meses).
- (D) poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, considerando a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.
- (E) terão a prorrogação de vigência contratual admitida, a critério da Administração, mas justificadamente e limitada a 36 (trinta e seis) meses.

Noções de Direito Civil

41. Vitor, casado com Vitória, pai de João (17 anos de idade) e de Gustavo (30 anos de idade), cardíaco, procurou ajuda médica e lhe foi recomendada uma internação cirúrgica de alto risco de vida. Vitor decidiu não se operar, mesmo tendo consciência de que poderá morrer a qualquer minuto em razão da doença. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro,

- (A) apenas João e Gustavo, na qualidade de descendentes, possuem legitimidade para constranger Vitor a submeter-se a intervenção cirúrgica.
- (B) apenas Vitória, na qualidade de esposa, possui legitimidade para constranger Vitor a submeter-se a intervenção cirúrgica.
- (C) Vitor não pode ser constrangido a submeter-se a intervenção cirúrgica.
- (D) tanto Vitória como João e Gustavo possuem legitimidade para constranger Vitor a submeter-se a intervenção cirúrgica.
- (E) apenas Gustavo, na qualidade de descendente capaz, possui legitimidade para constranger Vitor a submeter-se a intervenção cirúrgica.

42. Eduardo, casado com Edna, pai de Kátia de 18 anos de idade e de Gabriela de 27 anos de idade, desapareceu de seu domicílio e dele não há qualquer notícia. Seus pais, Márcia e Mauro estão desesperados pelo desaparecimento de seu filho. Para a declaração de ausência de Eduardo, presentes os requisitos legais, de acordo com o disposto no Código Civil brasileiro no título "Das Pessoas Naturais", será o legítimo curador de Eduardo

- (A) Kátia, Gabriela, Márcia e Mauro, uma vez que ascendentes e descendentes concorrem em igualdade para efeitos de curadoria.
- (B) Edna, desde que não esteja separada judicialmente, ou de fato, por mais de dois anos antes da declaração da ausência.
- (C) Kátia ou Gabriela, tendo em vista que ambas são descendentes.
- (D) Gabriela, na qualidade de descendente mais velha, tendo em vista que entre os descendentes, os mais próximos precedem os mais remotos.
- (E) Márcia ou Mauro, tendo em vista que os ascendentes precedem os descendentes.

43. De acordo com o artigo 45 do Código Civil brasileiro, "começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo". O prazo para anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado de sua inscrição no registro, é

- (A) prescricional de cinco anos.
- (B) decadencial de cinco anos.
- (C) decadencial de dois anos.
- (D) prescricional de três anos.
- (E) decadencial de três anos.



44. Considere as seguintes assertivas a respeito Do Domicílio Civil:

- I. Se, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- II. O domicílio do servidor público é o lugar em que exercer permanentemente suas funções e o domicílio do militar é onde ele servir.
- III. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- IV. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio dos Estados é a sede previamente designada pelo Governador no ato da posse, não sendo esta necessariamente na capital.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

45. Segundo o Código Civil brasileiro, em regra, correrá normalmente a prescrição contra os

- (A) que, por enfermidade, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (B) que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
- (C) ausentes do País em serviço público dos Municípios.
- (D) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (E) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Noções de Direito Processual Civil

46. No processo "V" o apelante provou justo impedimento para a falta de recolhimento das custas recursais e o M.M. juiz relevou a pena de deserção, fixando prazo para efetuar o preparo. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, em regra, esta decisão é

- (A) recorrível através de Recurso Extraordinário.
- (B) recorrível através de Agravo de Instrumento.
- (C) recorrível através de Apelação.
- (D) irrecorrível, cabendo ao tribunal apreciar-lhe a legitimidade.
- (E) recorrível através de Agravo Retido.

47. Na sala de audiência da Vara única da Comarca de Alagoinha, o advogado do autor, Sr. "X", já com bastante idade e portador de doença cardíaca, teve um ataque do coração e sofreu morte súbita. Considerando que, já havia iniciado a audiência de instrução e julgamento, o M.M. juiz

- (A) suspenderá o processo e marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de vinte dias.
- (B) continuará a audiência já iniciada nomeando um advogado dativo para o autor e, posteriormente, suspenderá o processo e marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de cinco dias.
- (C) continuará a audiência já iniciada nomeando um advogado dativo para o autor e, posteriormente, suspenderá o processo e marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de dez dias.
- (D) suspenderá o processo e marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de dez dias.
- (E) extinguirá o processo sem julgamento de mérito determinando o imediato desentranhamento dos documentos e entrega para o autor.

48. Considere as seguintes assertivas a respeito da Petição Inicial:

- I. Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.
- II. É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- III. Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá a sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.
- IV. Os pedidos são interpretados restritivamente, não se compreendendo, no principal os juros legais, que deverão se requeridos expressamente.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.

49. A revelia

- (A) induz todos os efeitos mencionados no Código de Processo Civil brasileiro se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (B) induz todos os efeitos mencionados no Código de Processo Civil brasileiro se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- (C) autoriza o juiz a conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença.
- (D) desautoriza o réu revel a intervir no processo, tendo em vista a preclusão consumativa ocorrida com a não apresentação da contestação.
- (E) autoriza o autor a alterar a causa de pedir, independentemente de nova citação do réu.



50. João e sua mulher Joaquina ajuizaram ação de cobrança em face das amigas Margarida e Manoela. As partes transigiram em audiência, mas nada ficou estabelecido quanto às despesas processuais. Neste caso, estas serão
- (A) pagas pelos autores na sua integralidade, não havendo divisão entre cônjuges.
- (B) pagas pelos autores sendo dividida igualmente entre o casal.
- (C) pagas pelas rés na proporção de cinquenta por cento para cada uma.
- (D) pagas pelas rés, podendo ser cobrada na sua integralidade de qualquer uma delas.
- (E) divididas igualmente entre as partes.

Noções de Direito Penal

51. Paulus foi preso em flagrante e recolhido à cadeia pública de uma cidade do interior. No momento da alimentação, mediante violência física, dominou o carcereiro e tentou fugir, mas, na porta da delegacia, foi dominado por policiais que estavam chegando ao local. Paulus responderá por crime de
- (A) arrebatamento de preso, na forma consumada.
- (B) evasão mediante violência contra pessoa, na forma consumada.
- (C) motim de presos, na forma consumada.
- (D) evasão mediante violência contra pessoa, na forma tentada.
- (E) fuga de pessoa presa, na forma tentada.

52. A respeito dos elementos do crime, é correto afirmar que
- (A) o crime cujo tipo descreve conduta comissiva não pode ser praticado por omissão.
- (B) o nexo de causalidade é a ligação entre a vontade do agente e a conduta delituosa.
- (C) o resultado pode se restringir ao perigo de lesão de um interesse protegido pela norma penal.
- (D) tipicidade é a relação entre a ação delituosa e o resultado almejado pelo agente.
- (E) não exclui a imputação a superveniência de causa relativamente independente que por si só produziu o resultado.

53. A respeito do dolo e da culpa, considere:
- I. Presume-se a culpa do agente quando infringir disposição regulamentar.
- II. Para a existência de ilícito contravençional não se exige dolo, nem culpa, mas apenas ação ou omissão voluntária.
- III. Se a vítima e o agente tiverem culposamente dado causa ao evento, este somente será penalmente responsável se a sua culpa for mais grave que a daquela.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

54. O crime de
- (A) contrabando é punível tanto na forma dolosa, quanto na culposa.
- (B) falso testemunho não pode ser cometido pelo réu, mas pode ser praticado pela vítima do delito.
- (C) auto-acusação falsa consuma-se quando o agente assume a autoria do crime inexistente ou praticado por outrem perante populares e nega perante a autoridade policial.
- (D) resistência só se consuma quando, em razão da conduta do agente, o ato legal não é executado pelo funcionário público competente para executá-lo.
- (E) desacato pode caracterizar-se mesmo quando o funcionário público não esteja no exercício da função, desde que a ofensa esteja com ela relacionada.

55. A respeito do crime de fraude processual, é INCORRETO afirmar que
- (A) pode ser praticado por qualquer pessoa, ainda que não interessada na solução do processo.
- (B) pode ser praticado pelo procurador de qualquer das partes.
- (C) é punido com detenção e sanção pecuniária na modalidade culposa.
- (D) pode ocorrer em processo civil, penal e até em processo administrativo.
- (E) é admissível a tentativa, pois a conduta descrita no tipo é fracionável.

Noções de Direito Processual Penal

56. O defensor constituído do acusado foi pessoalmente intimado para praticar determinado ato processual no prazo de 5 dias no dia 06 de setembro de 2011, terça-feira. Dia 7 de setembro foi feriado nacional. Os dias 8 e 9 de setembro foram dias úteis. Dia 10 foi sábado e 11 foi domingo. O prazo processual terá início no dia
- (A) 8 e vencimento no dia 12 de setembro.
- (B) 6 e vencimento no dia 13 de setembro.
- (C) 8 e vencimento no dia 13 de setembro.
- (D) 7 e vencimento no dia 12 de setembro.
- (E) 9 e vencimento no dia 13 de setembro.

57. A respeito da aplicação da lei processual no espaço, considere:
- I. embarcações brasileiras de natureza pública, onde quer que se encontrarem.
- II. aeronaves brasileiras a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
- III. embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada, que se acharem em alto mar.
- IV. aeronaves brasileiras mercantes ou de propriedade privada que se acharem no espaço aéreo brasileiro.
- V. embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada, que se acharem no espaço aéreo de outro país.

Considera-se território brasileiro por extensão as indicadas APENAS em

- (A) I e V.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II, IV e V.
- (E) I, II, III e IV.



58. Incumbe ao juiz, como sujeito da relação processual penal,
- (A) extinguir o processo, quando o Ministério Público não lhe der andamento.
 - (B) instaurar de ofício o processo, quando houver interesse público.
 - (C) instaurar o processo, quando houver representação da vítima.
 - (D) exercer o poder de polícia na condução do processo, podendo requisitar a força pública.
 - (E) instaurar o processo, quando houver representação do Delegado de Polícia.

59. A respeito da titularidade da ação penal pública e da ação penal privada, é INCORRETO afirmar que
- (A) a ação penal privada não pode ser proposta pelo Ministério Público, mesmo se houver requisição do Ministro da Justiça.
 - (B) a ação penal privada não pode ser proposta pelo Ministério Público, mesmo se houver representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
 - (C) o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação, no caso de morte do ofendido, passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
 - (D) a ação penal pública pode ser ajuizada por qualquer do povo, no caso de inércia do Ministério Público, e nesse caso, denomina-se ação penal popular.
 - (E) o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação, caso o ofendido seja declarado ausente por decisão judicial, passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

60. *“Direito do Estado-acusação ou da vítima de ingressar em juízo, solicitando a prestação jurisdicional, representada pela aplicação das normas de direito penal ao caso concreto”.*

(Guilherme de Souza Nucci, **Código de Processo Penal Comentado**, Ed. RT, 9. Ed. p. 126)

Esse conceito é correto para

- (A) o processo penal.
- (B) a ação penal.
- (C) a relação processual.
- (D) o Direito Processual Penal.
- (E) a representação.